


O PAPEL DOS POVOS INDÍGENAS NO MEIO AMBIENTE E SUAS MÉTRICAS DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL

THE ROLE OF INDIGENOUS PEOPLES IN THE ENVIRONMENT AND THEIR METRICS FOR SUSTAINABLE AGRICULTURAL DEVELOPMENT

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.037-010>

Francileia Silva Santos

Professora de Educação Básica – Prefeitura Municipal de Cajamar - Formada em Artes Visuais – Pós Graduação em Psicopedagogia e Arte Educação, Mestrando em Ciências da Educação – SILVA SANTOS, FRANCILEIA
E-mail: ryan.francileia@gmail.com

Edio de Freitas Santos Junior

Professor de Geografia da ETEC - Escola Técnica Estadual do Centro Paula Souza, e Professor de Geografia-História - Projeto de Vida na rede do Estado de São Paulo - Professor Mestre em Ciências da Educação, Letrista, Técnico em Segurança do Trabalho, MBA Gestão Empresarial, Discente Gestão Pública, Doutorando em Ciências da Educação, Presidente Institucional e C.E.O da AMG Produções - citação – SANTOS JUNIOR, Edio de FREITAS – JUNIOR.E.F.S
(Apoio Científico institucional AMG PRODUÇÕES)
E-mail: ediofreitas18@gmail.com
Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2062702409033125>
ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-8534-4386>

RESUMO

O presente artigo analisa o papel dos povos indígenas na preservação do meio ambiente, enfatizando suas práticas sustentáveis e suas métricas de desenvolvimento da agropecuária, o conhecimento tradicional e sua contribuição para a conservação da biodiversidade. A pesquisa, de caráter exploratório e qualitativo, demonstra que as comunidades indígenas desenvolvem sistemas próprios de manejo dos recursos naturais, fundamentados no respeito, na reciprocidade e na harmonia com a natureza. Esses modos de vida asseguram o equilíbrio ecológico e a continuidade dos ecossistemas, representando um modelo de convivência sustentável. O estudo aborda também os desafios enfrentados por essas populações diante da pressão econômica, da degradação ambiental e da falta de reconhecimento de seus direitos territoriais. A análise destaca a relevância do diálogo entre saberes tradicionais e ciência contemporânea como meio de aprimorar políticas públicas e estratégias de gestão ambiental. Conclui-se que a valorização dos povos indígenas e de seus territórios é essencial para a construção de um futuro ambiental justo, equilibrado e sustentável, no qual a diversidade cultural e ecológica seja respeitada e fortalecida.

Palavras-chave: Povos indígenas; Meio ambiente; Conservação da biodiversidade; Métricas da agropecuária; Saberes tradicionais e ciência; Diversidade cultural.

ABSTRACT

This article analyzes the role of Indigenous peoples in environmental preservation, emphasizing their sustainable practices and agricultural development metrics, traditional knowledge, and their contribution to biodiversity conservation. This exploratory, qualitative research demonstrates that Indigenous communities develop their own natural resource management systems, grounded in respect, reciprocity, and harmony with nature. These ways of life ensure ecological balance and the continuity of ecosystems, representing a model of sustainable coexistence. The study also addresses the challenges these populations face due to economic pressure, environmental degradation, and the lack of recognition of their territorial rights. The analysis highlights the importance of dialogue between traditional knowledge and contemporary science as a means to improve public policies and environmental management strategies. It concludes that valuing Indigenous peoples and their territories is essential for building a just, balanced, and sustainable environmental future in which cultural and ecological diversity is respected and strengthened.

Keywords: Indigenous peoples; Environment; Biodiversity conservation; Agricultural metrics; Traditional knowledge and science; Cultural diversity.

1 INTRODUÇÃO

A relação entre os povos indígenas e o meio ambiente é uma das mais antigas e profundas da história humana, desde tempos imemoriais, essas comunidades desenvolveram modos de vida baseados na observação, respeito e manejo equilibrado da natureza. Essa conexão profunda demonstra uma sabedoria ancestral que vai muito além do simples uso dos recursos naturais, revelando um entendimento holístico da interdependência entre os seres humanos e o meio em que vivem.

Os povos indígenas não utilizam apenas os recursos naturais para sua subsistência, mas o fazem de modo sustentável, mantendo a biodiversidade e os ciclos ecológicos. Essa prática vai de encontro às demandas globais atuais por sustentabilidade e conservação, oferecendo estratégias tradicionais que podem complementar o conhecimento científico moderno. Além disso, essas práticas garantem a continuidade dos modos de vida e a preservação dos territórios ancestrais, fundamentais para a identidade cultural e social desses povos. Essa convivência harmoniosa com o meio ambiente se contrapõe à lógica exploratória da sociedade industrial, que frequentemente degrada os ecossistemas em busca de lucro. Em meio a um cenário de crise ambiental crescente, os povos indígenas surgem como protagonistas da resistência ecológica, defendendo seus territórios e contribuindo para a manutenção das funções ecológicas necessárias. Sua luta transcende a defesa ambiental, envolvendo também a garantia de direitos territoriais e culturais. Autores como Costa Weis (2023) e Vieira (2023) destacam que o conhecimento tradicional indígena é essencial para compreender e enfrentar a atual crise ambiental global. Esse representa o conhecimento uma fonte de

qualidades de práticas sustentáveis que pode ser aplicada em políticas de conservação e manejo ambiental, reforçando a importância da participação indígena nas decisões ambientais.

A valorização dessas perspectivas é também uma questão de justiça socioambiental, confirmando o papel histórico da comunidade indígena na proteção da natureza. A cultura indígena carrega práticas e rituais que reforçam o pertencimento ao território e a responsabilidade pela preservação ambiental. Esses elementos simbólicos e materiais específicos são uma base ética que orienta as ações cotidianas em relação ao meio natural, promovendo um equilíbrio sonoro entre uso e conservação. A transmissão desses saberes por meio de práticas educativas tradicionais assegura a continuidade desse legado, que é vital para o futuro das gerações indígenas e da humanidade. No contexto brasileiro, essa temática ganha relevância diante do avanço do desmatamento e das disputas territoriais, conforme evidenciado por Silva (2018) e o Instituto Socioambiental (1998). A pressão sobre os territórios indígenas coloca em risco não apenas a diversidade biológica, mas também a diversidade cultural e a sobrevivência física de inúmeras comunidades. Ao mesmo tempo, destaca-se o papel dos povos indígenas como parceiros fundamentais na formulação de estratégias para a sustentabilidade nacional e global.

Os povos indígenas representam hoje um dos principais pilares de resistência ecológica frente às políticas e ações predatórias sobre os biomas nacionais. Sua atuação tem implicações diretas na mitigação dos efeitos das mudanças climáticas e na garantia da segurança hídrica e alimentar. Reconhecer e apoiar esta resistência é essencial para que se construam caminhos de desenvolvimento que respeitem tanto a natureza quanto os direitos humanos. Dessa forma, compreender o papel desses povos é essencial para o desenvolvimento de políticas públicas e estratégias de sustentabilidade de longo prazo. Esse conhecimento contribui para a criação de modelos integrados, que além de saberes tradicionais e técnicos, promovem a cogestão de territórios e a plena participação das comunidades indígenas na gestão ambiental. O presente artigo busca aprofundar essa compreensão, contribuindo para o debate científico e social sobre o tema.

A crescente degradação ambiental e a perda da biodiversidade têm impulsionado reflexões sobre modelos alternativos de relação entre sociedade e natureza. Nesse contexto, os povos indígenas se destacam por conservar práticas sustentáveis que mantêm o equilíbrio ecológico e a vitalidade dos ecossistemas. Seus conhecimentos tradicionais, transmitidos entre gerações, expressam uma cosmovisão baseada na reciprocidade e no respeito à Terra, aspectos que contrastam com o modelo exploratório dominante.

Nesse sentido, a concepção indígena de território ultrapassa a dimensão meramente espacial e passa a ser entendida como espaço simbólico, cultural e espiritual. A floresta, os rios e os animais não constituem apenas recursos, mas elementos integrados a uma rede de vida da qual o ser humano é parte inseparável. Essa perspectiva questiona a racionalidade utilitarista que orientou grande parte da história econômica ocidental, revelando que a sustentabilidade não é um ideal abstrato, mas um modo concreto de existência construído ao longo de séculos.

Além disso, o estudo discute os desafios enfrentados por essas populações diante da expansão econômica, da degradação ambiental e da ausência de políticas públicas que assegurem seus direitos territoriais. Grilagem, desmatamento ilegal, mineração predatória e conflitos fundiários configuram ameaças permanentes ao modo de vida indígena, bem como à preservação de grandes áreas de floresta sob sua guarda. Paradoxalmente, mesmo sendo protagonistas na manutenção dos biomas, essas comunidades figuram entre as mais vulneráveis às pressões do modelo desenvolvimentista vigente.

As tensões entre preservação ambiental e interesses econômicos revelam, portanto, uma contradição estrutural: enquanto o discurso institucional destaca a sustentabilidade como princípio global, as políticas públicas frequentemente desconsideram a centralidade dos povos originários na contenção do avanço da fronteira agrícola e industrial. Reconhecer e proteger seus territórios torna-se condição indispensável para garantir a continuidade da biodiversidade e da estabilidade climática, em especial em regiões como a Amazônia, o Cerrado e o Pantanal, onde a biodiversidade está diretamente associada à permanência de povos tradicionais.

Por fim, defende-se que o diálogo entre o conhecimento indígena e a ciência moderna constitui um caminho essencial para a formulação de estratégias de gestão ambiental e políticas sustentáveis, e as métricas de aplicações agropecuárias reafirmando a importância da valorização dos povos originários na construção de um futuro ambientalmente justo e equilibrado. A articulação entre saberes — acadêmicos, territoriais e tradicionais — amplia as respostas possíveis para a crise climática, reafirmando que a defesa do planeta exige a pluralidade de vozes e o reconhecimento da diversidade cultural como parte integrante de soluções socioecológicas duradouras.

2 DESCRIÇÃO

Os povos indígenas mantêm uma relação ancestral e intrínseca com seus territórios, fundamentada no respeito, na reciprocidade e na preservação do meio ambiente. Essa ligação profunda é manifestada em práticas que harmonizam a exploração dos recursos naturais com a conservação da biodiversidade, garantindo a sustentabilidade dos ecossistemas. Essa abordagem, pautada em saberes tradicionais, oferece uma alternativa eficaz ao modelo predatório dominante, que muitas vezes resulta em manipulação ambiental e perdas irreparáveis.

As práticas indígenas são exemplos vivos de manejos sustentáveis, envolvendo técnicas de agricultura, caça, pesca e coleta que respeitam os ciclos naturais e promovem a regeneração do meio ambiente. Suas estratégias têm sido objeto de estudos que evidenciam sua eficiência na manutenção do equilíbrio ecológico, como destaque Garcia et al. (2024) e Vieira (2023). Além de proteger os recursos naturais, essas práticas restritas para a segurança alimentar e o bem-estar das comunidades.

Além disso, essa relação não se limita ao uso racional dos recursos, mas incorpora dimensões culturais, espirituais e sociais que reforçam o sentido de pertencimento e a identidade dos povos indígenas. Os rituais, as narrativas e os saberes transmitidos oralmente têm papel central na construção e perpetuação de uma ética ambiental própria, que reconhece a natureza como um elemento vivo e sagrado. Esse entendimento é fundamental para a construção de um modelo sustentável que transcenda as fronteiras do meio rural e sirva de inspiração mais ampla.

Uma literatura recente destaca que os povos indígenas desempenham um papel crucial na proteção dos biomas brasileiros, especialmente da Amazônia, onde a presença dessas comunidades está associada a índices significativamente menores de desmatamento e queimadas (Kettle, 2023). Essa realidade demonstra que o reconhecimento e a garantia dos direitos territoriais indígenas são uma estratégia ambiental eficaz que beneficia toda a sociedade, reforçando a importância da integração entre proteção ambiental e direitos humanos. A gestão social e ambiental comunitária indígena possui sistemas próprios de governança, que combinam conhecimentos tradicionais e regras coletivas de uso do território.

Essa organização comunitária eficaz é apontada como um modelo para o desenvolvimento sustentável, que privilegia o manejo participativo e a manutenção da diversidade ecológica e cultural também no desenvolvimento da agricultura. A complexidade e o dinamismo desses sistemas indicam a necessidade de políticas que dialoguem com esses modos de vida, respeitando sua autonomia e pluralidade.

Contudo, os povos indígenas enfrentam ameaças constantes, como a invasão de suas terras por atividades ilegais, o avanço do desmatamento, a pressão política e econômica e a violência institucional. Esses desafios comprometem tanto a integridade dos territórios quanto os próprios modos de vida, exigindo respostas urgentes e efetivas do Estado e da sociedade civil para garantir a proteção desses espaços e das comunidades que eles dependem. Paralelamente, a articulação entre conhecimentos tradicionais indígenas e ciência moderna tem caminhos abertos para a construção de soluções integradas para a conservação ambiental. Essa confluência de saberes amplia o potencial de enfrentamento às mudanças climáticas e às crises socioambientais, fortalecendo a resiliência das comunidades e dos ecossistemas.

Promover esse diálogo de saberes é fundamental para a inovação em políticas ambientais e para a formação de uma consciência coletiva sustentável. Em suma, a descrição da presente pesquisa busca evidenciar o protagonismo dos povos indígenas na conservação ambiental e defender a valorização de seus saberes como peça-chave para a sustentabilidade do planeta. Por meio da análise dos desafios, práticas e potencialidades indígenas, pretendemos contribuir para o reconhecimento dessas comunidades como guardiãs da biodiversidade e agentes essenciais na construção de um futuro ambiental mais justo e equilibrado.

Essa temática possibilita reconhecer e valorizar os conhecimentos ancestrais das comunidades indígenas, que, mesmo diante das pressões econômicas e territoriais, continuam contribuindo para a

conservação da biodiversidade e o equilíbrio dos ecossistemas. Além disso, o estudo reforça a importância de incluir esses saberes nos debates científicos e nas políticas públicas de gestão ambiental, ampliando o diálogo entre ciência moderna e conhecimento tradicional. Dessa forma, a pesquisa torna-se pertinente tanto do ponto de vista acadêmico, por promover a reflexão crítica sobre a sustentabilidade e a interculturalidade, quanto do ponto de vista social, por contribuir para a valorização dos povos originários e para a construção de uma consciência ambiental mais justa, participativa e solidária.

A discussão também evidencia que incorporar saberes indígenas nos processos educativos e científicos não significa apenas reconhecer modos alternativos de conhecimento, mas desafiar pressupostos epistemológicos que historicamente privilegiaram narrativas ocidentais. Ao admitir que tais conhecimentos são legítimos e fundamentais para o manejo racional dos recursos naturais, rompe-se com paradigmas coloniais que invisibilizaram saberes comunitários, espirituais e empíricos, desassociados da lógica capitalista de exploração. Com isso, a academia amplia sua própria compreensão sobre o que se define como ciência e sobre quais vozes podem produzir conhecimento válido.

Outro aspecto relevante refere-se ao potencial pedagógico dessa temática em contextos escolares e formativos. Ao trazer a realidade dos povos indígenas para o centro do currículo, estudantes e educadores têm a oportunidade de compreender territorialidades, culturas e práticas de resistência que seguem vivas, apesar das vulnerabilidades impostas historicamente. Tal abordagem, quando desenvolvida criticamente, favorece o combate a estereótipos, amplia percepções de diversidade cultural e aproxima a escola dos desafios socioambientais enfrentados no país. Assim, o tema deixa de ser conteúdo periférico e torna-se base para aprendizagens contextualizadas, dialógicas e transformadoras.

Além disso, a inclusão desses saberes tem implicações diretas para a formulação de estratégias de desenvolvimento sustentável. Estudos já demonstram que territórios indígenas preservados representam algumas das áreas mais protegidas ecologicamente do planeta, o que reforça a necessidade de reconhecer a centralidade dessas populações na manutenção de serviços ecossistêmicos essenciais, como regulação climática, estoque de carbono, proteção das águas e conservação da fauna e flora.

A política ambiental, portanto, não pode ser pensada dissociada da garantia de direitos territoriais e culturais, sob pena de reproduzir um modelo que intensifica desigualdades e acelera a crise climática. Integrar essas perspectivas torna-se, assim, imperativo ético e estratégico para a sociedade contemporânea.

3 PERGUNTA GERAL

Qual é o papel dos povos indígenas nas métricas agropecuárias na preservação e sustentabilidade do meio ambiente?

4 PERGUNTAS ESPECÍFICAS

1. De que forma o conhecimento tradicional indígena contribui para práticas de manejo das métricas de agropecuária sustentável?
2. Quais são os principais desafios enfrentados pelas comunidades indígenas na defesa de seus territórios?
3. Como as políticas públicas podem fortalecer a relação entre povos indígenas e meio ambiente?
4. Quais evidências empíricas demonstram a efetividade da presença indígena na conservação ambiental?
5. Como os saberes indígenas podem ser incorporados à educação ambiental nas escolas brasileiras?

5 OBJETIVOS

5.1 OBJETIVO GERAL

Compreender o papel dos povos indígenas na preservação do meio ambiente e na promoção socioambiental e as métricas desenvolvimentistas da agropecuária sustentável.

5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Analisar as práticas culturais e ambientais tradicionais dos povos indígenas e as métricas desenvolvimentistas da agropecuária sustentável;
2. Investigar o impacto da presença indígena em áreas de preservação;
3. Avaliar as políticas públicas voltadas à proteção dos territórios indígenas;
4. Discutir o valor do conhecimento indígena na formulação de estratégias ambientais sustentáveis;
5. Promover o reconhecimento da sabedoria ancestral como ferramenta de resistência e educação ambiental;
6. Estabelecer conexões entre o saber tradicional e as ciências modernas;
7. Estimular novas perspectivas sobre sustentabilidade, agropecuária e cultura;
8. Contribuir para a valorização e defesa dos direitos socioambientais dos povos indígenas.

6 JUSTIFICATIVA

A relevância deste estudo se estabelece na necessidade premente de reconhecer e valorizar o papel fundamental que os povos indígenas desempenham na conservação do meio ambiente, especialmente em um momento em que o planeta enfrenta crises ecológicas sem precedentes. O conhecimento tradicional e os modos de vida dessas comunidades revelam práticas sustentáveis e harmoniosas com a natureza, que contribuem diretamente para a manutenção da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos essenciais à vida humana. Além de sua importância ambiental, os povos indígenas são detentores de identidades

culturais únicas, cujas tradições, crenças e valores estão intrinsecamente ligados aos territórios que habitam. A preservação desses espaços não só protege a diversidade biológica, mas também assegura o direito à autodeterminação e à continuidade cultural desses povos, aspectos que devem ser respeitados e protegidos em consonância com os princípios dos direitos humanos.

Neste sentido, o estudo propõe uma reflexão crítica sobre as consequências da marginalização e das ameaças que essas comunidades enfrentam, como o avanço do desmatamento, as invasões ilegais e a ausência de políticas públicas eficazes. A ameaça aos territórios indígenas representa, portanto, uma ameaça ambiental e cultural, que compromete não apenas a sobrevivência desses povos, mas também a saúde dos ecossistemas globais.

A pesquisa justifica-se ainda pela lacuna existente nas políticas públicas quanto à integração efetiva dos saberes tradicionais indígenas nas estratégias de conservação ambiental. Promover essa integração é fundamental para o fortalecimento da gestão sustentável dos territórios e para o desenvolvimento de ações socioambientais mais inclusivas e eficazes, que respeitem a pluralidade cultural e ecológica do país.

Outro aspecto que valida este estudo é o crescente reconhecimento internacional da importância dos povos indígenas como atores essenciais na mitigação das mudanças climáticas e na sustentabilidade global. Relatórios da ONU e outras organizações respaldam a ideia de que a proteção aos direitos territoriais indígenas é uma das estratégias mais eficientes para a preservação ambiental, reforçando a urgente necessidade de políticas públicas que contemplem essa perspectiva.

A pesquisa pretende contribuir para o debate acadêmico e social, ampliando a visibilidade sobre o protagonismo indígena na conservação ambiental e incentivando a formulação de políticas públicas mais justas e participativas. A valorização desses conhecimentos e a garantia dos direitos dos povos indígenas são condicionalidades indispensáveis para a construção de um futuro sustentável e equitativo para todos.

7 MÉTODO

A presente pesquisa traçou uma abordagem qualitativa e exploratória, pautada na análise bibliográfica e documental, que é especialmente adequada para estudos que visam compreender características complexas e contextuais, como a relação dos povos indígenas com o meio ambiente. A escolha desse método possibilitou a coleta e análise crítica de informações selecionadas de diversas fontes acadêmicas, institucionais e governamentais, ampliando a compreensão dos saberes tradicionais e das práticas sustentáveis indígenas.

Foram consultados artigos científicos recentes, livros, relatórios e publicações especializadas que abordam desde aspectos históricos e culturais até políticas públicas externas à conservação ambiental e à proteção dos territórios indígenas. Além disso, documentos legais que tratam dos direitos territoriais e

ambientais dos povos indígenas também foram analisados, a fim de identificar o arcabouço jurídico que subsidia a proteção desses grupos e seus territórios.

O método contempla a análise de dados secundários por meio de leitura crítica, levantamento e comparação das informações coletadas, buscando identificar convergências, divergências e lacunas no conhecimento produzido sobre o tema. Essa técnica permitiu organizar o conteúdo em categorias temáticas que facilitam a interpretação e o entendimento dos múltiplos aspectos envolvidos na interação entre povos indígenas e meio ambiente.

Além da análise documental, a pesquisa destacou-se pela revisão de estudos de caso que demonstram exemplos práticos de manejo sustentável e de conservação ambiental realizados por comunidades indígenas específicas, possibilitando assim a aproximação do campo teórico com a realidade vivida por esses povos. Essa interlocução entre teoria e prática é essencial para a construção de um conhecimento mais integrado e contextualizado, também foi usado ferramentas de I.A. (Inteligência Artificial – Canva imagem), para a geração de imagens temáticas ilustrativas.

Adotou-se também uma perspectiva interdisciplinar, envolvendo contribuições das áreas de antropologia, ecologia, direito ambiental e sociologia, o que enriquece a análise e permite um olhar mais aprofundado sobre os múltiplos significados e implicações das práticas indígenas na gestão territorial e ambiental. Tal abordagem promove o diálogo entre diferentes saberes, respeitando a complexidade do tema.

O método permitiu também a identificação dos principais desafios enfrentados pelos povos indígenas na garantia de seus direitos e preservação na ambiental, destacando a importância de políticas públicas integradas e da participação ativa dessas comunidades em processos decisórios. Esta análise crítica contribui para a formulação de recomendações específicas para o fortalecimento da atuação indígena na conservação do meio ambiente.

Ressalta-se que o processo metodológico foi conduzido com atenção à ética e à necessidade de valorizar e respeitar os saberes tradicionais e as vozes indígenas, mesmo quando expressamente importantes nas fontes bibliográficas e documentos consolidados. Essa postura reforça o compromisso da pesquisa com uma abordagem inclusiva e sensível às especificidades culturais e históricas dos povos indígenas.

8 MÉTRICAS DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA SUSTENTAVEL

A agricultura e a pecuária indígena desenvolvida em meio a florestas e reservas revelam uma relação de profundo equilíbrio entre produção e preservação, na qual a terra não é tratada como mercadoria, mas como base de existência coletiva. Estudos recentes mostram que, onde há presença indígena consolidada, os índices de desmatamento são significativamente menores, o que reforça a tese de que a organização social e os modos de cultivo tradicionais gerados diretamente para a conservação de ecossistemas inteiros (Garcia et al., 2024; Kettle, 2023). Essa conjugação de práticas agropecuárias com floresta

remanescente constitui, na prática, um modelo de agroecologia territorial, que desafia a lógica de fronteira agrícola baseada na derrubada de grandes trechos de territórios nativos.

A agricultura indígena, especialmente nas regiões de savanas e florestas, é marcada por roças de corte e queima cíclica, com períodos de descanso do solo e regeneração vegetal, características que, longe de serem destrutivas, articulam-se a um manejo dinâmico da paisagem (Periódico UNINCOR, 2025). Pesquisas em terras indígenas do Nordeste e da Amazônia registram cultivos de mandioca, milho, feijão, frutíferas nativas e hortaliças, combinados com a permanência de manchas florestais, matas de galeria e quintais agroflorestais, o que demonstram uma integração sistemática da produção com a estrutura ecológica local (Silva Santos, F 2026). A Embrapa tem documentada em áreas como a Terra Indígena Puyanawa, no Acre, uma formação de sistemas agroflorestais em quintais e consórcios de pomares, com açaí, abacate, castanha do brasil, banana e outras espécies, desenvolvidas por povos que já praticam essas formas de cultivo há gerações (EMBRAPA, 2022; Museu do Índio, 2023).



Fonte: Gerado em CANVA IMAGEM pelo AUTOR.

No Cerrado e em biomas de savana, como o Lavrado roraimense, quintais agroflorestais indígenas concentram variedades de espécies arbóreas e arbustivas, boa parte delas frutíferas, combinando produção de alimentos, forrageiras e materiais de construção com a manutenção de estrato arbóreo e de processos de formação do solo diferenciados do ambiente de savana aberto (Pinho, 2023). Esses sistemas revelam que a agricultura indígena não opera de forma isolada, mas como parte de um conjunto de funções territoriais – ocupação, reprodução social, proteção de recursos hídricos e reforço de biodiversidade. Um título de exemplo, estudos em terras indígenas do Norte do Brasil mostram que quintais familiares podem conter

mais de 40 espécies de plantas comestíveis, além de árvores de sombra, forrageiras e madeiras de uso cultural, evidenciando a complexidade e a diversidade interna do manejo agrícola tradicional (Pinho, 2023).

Uma pecuária indígena, muitas vezes, não se desenvolve como expansão crescente de pastagens, mas como atividade articulada a áreas já desflorestadas ou a zonas de lavrados, mantendo matas de igarapé e demais núcleos florestais (TERRABRASILIS, 2025). Comunidades como os Macuxi e Wapichana, em Roraima, têm sido estudadas como caso em que a criação de gado convive com a preservação de florestas de várzea e de mata de galeria, com pastagens implantadas em solos de campos naturais e recuperação de áreas degradadas por meio de enchentes regulares e manejo comunitário do uso de capineiras (Kettle, 2023). Relatórios de organizações ambientais indicam que, em terras indígenas bem demarcadas, os índices de desmatamento por pecuária chegam a ser 66% menores do que em áreas vizinhas não protegidas, o que reforça a associação entre direito territorial, ordenamento do uso do solo e limites de impostos à expansão de fronteira pecuária (FUNABRASIL, 2025; FUNAI, 2023).



Fonte: Gerado em CANWA IMAGEM pelo AUTOR.

Em termos de sustentabilidade, a literatura aponta que uma **pecuária indígena sustentável** tende a ocupar áreas previamente abertas, como campos naturais e áreas de lavrado, sem a necessidade de novas derrubadas, o que altera radicalmente a dinâmica de perda de cobertura florestal observada nas zonas de fronteira convencionais (TERRABRASILIS, 2025). Projetos internacionais e programas de cooperação técnica registrada, na Amazônia brasileira, iniciativas de manejo de pastos degradados, integração de forrageiras com árvores nativas e uso de sistemas lavoura-pecuária-floresta em contextos indígenas, como

forma de recuperação a produtividade sem comprometer a integridade florestal (EMBRAPA, 2022). Essas abordagens de **integração florestal-agrícola-pecuária** mostram que a combinação de boas práticas de manejo animal com sistemas agroflorestais e recuperação de pastagens degradadas pode aumentar a renda familiar sem ampliação da pegada ecológica, ao contrário do que ocorre em grandes fazendas extensivas que avançam sobre áreas protegidas (Territórios Indígenas, FUNAI, 2023).



Fonte: Gerado em CANVA IMAGEM pelo AUTOR.

A política pública e a ciência têm, cada vez mais, reconhecida que a **agricultura e a pecuária indígena não são obstáculos à conservação, mas aliadas estratégicas**, desde que são reforçadas por direitos territoriais, recursos técnicos e participação comunitária em planos de gestão (Museu do Índio, 2023; UNICAMP, 2023). Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs), elaborados por povos indígenas em parceria com técnicos, articulam estratégias de uso de plantas medicinais, fruticultura, pecuária de baixo impacto e preservação de áreas de floresta, integrando saberes tradicionais com dados científicos de monitoramento de solos, clima e biodiversidade (Garcia et al., 2024). Ao mesmo tempo, pesquisadores ressaltam que a **história milenar de manejo florestal** realizada por povos originários, especialmente na Amazônia, pesquisada em agroflorestas intencionais, onde uma diversidade de árvores frutíferas, madeireiras e medicinais coexistem com a manutenção de funções ecológicas como fixação de carbono, ciclo de água e abrigo de fauna (UNICAMP, 2023; Kettle, 2023).

No plano educacional, a literatura de ciências sociais e educação ambiental vem discutindo como a **valorização dessas práticas agrícolas e pecuárias tradicionais** pode servir de ponto de partida para

projetos pedagógicos em escolas de comunidades indígenas, na formação de jovens e no diálogo entre ciência e cultura (Silva Santos, F 2026). Estudos de Saberes Tradicionais e Sustentabilidade mostram que a escola, ao incorporar a descrição de roças, quintais agroflorestais, criação de animais em savanas e manejo de pastagens, passa a contribuir para a valorização identitária dos alunos e para a transmissão de referências de manejo sustentável ligadas ao seu próprio território (Garcia et al., 2024). A Embrapa, por sua vez, tem divulgado que a intensificação da produção agroflorestal em terras indígenas não significa “modernização” no sentido convencional, mas o fortalecimento de modos de lidar com a terra que já existem, com aporte de conhecimentos científicos sobre diversidade de espécies, rotacionalidade de uso e recuperação de solos degradados (EMBRAPA, 2022).



Fonte: Gerado em CANVA IMAGEM pelo AUTOR.

Portanto a evidência empírica dos últimos anos indica que a **agricultura e a pecuária indígena em florestas e reservas** tendem a proteger a cobertura vegetal, fluxos regulares de água, proteger os solos e manter a conectividade ambiental, em contraste com a expansão agrícola extensiva que avança sobre áreas protegidas (FUNABRASIL, 2025; FUNAI, 2023). A sustentabilidade desses sistemas não vem apenas da “baixa tecnologia”, mas de uma organização social complexa, de normas de uso coletivo, de limites à exploração individual e de uma cosmovisão que associa a dignidade da comunidade ao cuidado com a terra e a floresta (Kettle, 2023; Pinho, 2023). Para uma literatura contemporânea sobre agrofloresta e povos tradicionais, esse conjunto de práticas sugere a necessidade de reformularmos o conceito de “desenvolvimento rural”, entendendo-o como **reprodução de formas de vida integradas à floresta**, e não como substituição de floresta por monoculturas ou grandes pastagens (Periódico UNINCOR, 2025; Silva Santos, F, 2026).

9 O PAPEL DOS POVOS INDÍGENAS NA PRESERVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE DO MEIO AMBIENTE

Esta temática não é apenas um tema de política ambiental, mas uma questão profunda de justiça, cultura e cosmo-visão do mundo. Diversos estudos apontam que, onde há presença indígena consolidada, há maior integridade de florestas, menor taxa de desmatamento e maior resiliência diante das mudanças climáticas. Como destaca a literatura sobre conservação da Amazônia, “os povos indígenas não combatem o desmatamento sozinhos: seus territórios são barreiras naturais contra a expansão desordenada da fronteira agropecuária, da mineração e da garimpagem” (Costa Weis, 2023). Essa assertiva já inscreve, desde o início, a centralidade do indígena como guardião de biomas inteiramente interligados ao seu modo de vida tradicional.

O conhecimento tradicional indígena é um pilar fundamental para práticas de manejo sustentável, pois se baseia em uma relação não exploratória, mas relacional com a terra, o rio, o mato e os animais. Bruna Moraes da Costa Weis ressalta que a relação cultural dos povos tradicionais indígenas com o meio ambiente é marcada por uma ética de cuidado, na qual a natureza não é vista como mercadoria, mas como parente, como extensão da própria comunidade (Costa Weis, 2023). Gabriella Vanessa e colaboradores enfatizam que muitas dessas comunidades desenvolveram técnicas de agricultura de baixo impacto, como roças de milpa, agroflorestas e manejo seletivo de madeiras, que preservam a biodiversidade enquanto garantem a segurança alimentar (Garcia et al., 2024). Esse tipo de manejo, carregado de saberes transmitidos oralmente ao longo de gerações, desafia a lógica de “extração a qualquer custo” e oferece alternativas concretas de sustentabilidade ambiental em escala local e regional.



Fonte: Gerado em CANVA IMAGEM pelo AUTOR.

Apesar disso, as comunidades indígenas enfrentam desafios estruturais na defesa de seus territórios, que diretamente comprometem seu papel ambiental. Wesley Kettle, ao discorrer sobre a importância dos

povos indígenas para a preservação da natureza, lembra que a manutenção desses territórios depende da proteção concreta frente a invasões, grilagem, garimpo ilegal, desmatamento e expansão do agronegócio (Kettle, 2023). A literatura especializada em direito e territorialidade indígena, como a de Silva (2018), indica que, mesmo com a Constituição brasileira reconhecendo os direitos territoriais indígenas, a demora na demarcação, a judicialização excessiva e a violência contra lideranças minam a viabilidade dessas áreas como verdadeiros espaços de preservação.

Diante desse cenário, as políticas públicas podem desempenhar um papel de mediação ou de contradição, conforme seu desenho e sua implementação. Kettle argumenta que políticas que reconhecem o protagonismo indígena – como parcerias em gestão de unidades de conservação, cofinanciamento de projetos comunitários e apoio a sistemas agroflorestais – tendem a reforçar o elo entre normas científicas e normas cosmológicas (Kettle, 2023). Juliana Tavares, por seu lado, mostra que projetos de manejo comunitário de florestas, quando articulados à legislação ambiental, ampliam a capacidade de proteção da biodiversidade, ao unir normas científicas e normas cosmológicas (Marques, 2023). Isso sinaliza que a política pública sensata não deve ser uma “doação” aos povos indígenas, mas uma retificação de direitos já previstos e uma construção de governança compartilhada.



Fonte: Gerado em CANVA IMAGEM pelo AUTOR.

A evidência empírica acumulada nas últimas décadas reforça, com dados concretos, o que sabemos de forma intuitiva. Estudos de organizações como o Instituto Socioambiental e análises de grandes ONGs ambientais registram que, onde há terras indígenas homologadas, os índices de desmatamento são drasticamente menores. A literatura especializada sobre áreas de floresta Amazônica demarcadas como terras indígenas mostra que, nesses espaços, o desmatamento cai expressivamente, tornando essas

regiões verdadeiros “bolsões de biodiversidade” em meio a um contexto de avanço de fronteiras econômicas (Costa Weis, 2023).

O artigo de Santos Junior (2022) complementa esse quadro, demonstrando que estratégias de conservação baseadas em conhecimentos indígenas se mostram mais efetivas, sobretudo em biomas como a Amazônia, o Cerrado e o Pantanal, justamente porque levam em conta fluxos de vida, ciclos sazonais e práticas de ocupação que não rompem abruptamente com os ecossistemas (Santos Junior, 2022).

A educação ambiental, como espaço de diálogo entre saberes, pode ser um dos principais pontos de convergência entre o tradicional e o científico. Freitas Santos (2023) discute que a educação, em perspectiva interdisciplinar, precisa deixar de ser um mero repasse de conteúdos sobre “natureza distante” e se tornar um espaço de reconhecimento de saberes locais, inclusive os indígenas, como fonte de conhecimento válido e sistemático. Vieira (2023) reforça que a relação entre conhecimento tradicional e conservação ambiental não é simbólica, mas operativa, e que a escola tem o dever de problematizar a dualidade entre “ciência moderna” e “tradição”, mostrando que a sustentabilidade real surge quando essas dimensões se comunicam (Vieira, 2023). Em sala de aula, isso significa trazer a experiência indígena para o currículo, não apenas como “conteúdo de diversidade”, mas como referência de práxis ecológica. A presença de mapas de territórios, de histórias de escolha de áreas de manejo, de narrativas sobre ciclos de caça, pesca e plantio, faz com que o aluno perceba que a conservação não é um discurso abstrato de “salvar o planeta”, mas uma prática cotidiana de povos inteiramente articulados ao lugar que habitam.

O estudo de Marques (2023) mostra que, quando escolas incorporam saberes indígenas em projetos de educação ambiental, os estudantes passam a enxergar o meio ambiente como um campo de responsabilidade ética, e não apenas de recursos a serem explorados (Marques, 2023). A importância dos povos indígenas para a preservação da natureza, como bem sintetiza o Governo brasileiro em sua nota de 2023, não é um dado sentimental, mas um fato comprovado por ciência, mapeamento de desmatamento e monitoramento de ecossistemas (Kettle, 2023). O artigo de Freitas (2022) reforça que, em regiões de conflito agrário, são justamente os territórios indígenas que se mantêm relativamente protegidos, porque a comunidade tem um interesse vital em preservar aquilo de que depende física e simbolicamente para existir (Santos Junior, 2022). Isso leva a uma hipótese de ordem política: a proteção de povos indígenas e de seus territórios não é apenas um dever ético, mas uma estratégia fundamental de segurança ambiental nacional.



Fonte: Gerado em CANVA IMAGEM pelo AUTOR.

Por isso, o desafio atual não é apenas “incluir” o indígena em projetos ambientais, mas descolonizar a própria lógica ambiental brasileira, que historicamente tratou a natureza e seus povos como objetos de gestão. O Instituto Socioambiental, ao discorrer sobre “índios e o meio ambiente”, ressalta que a relação tradicional indígena com a natureza envolve códigos de reciprocidade, sacrifício e reinvenção contínua, perdidos em muitos modelos de gestão baseados apenas em números e metas de carbono (Socioambiental, 1998). A educação ambiental, nesse sentido, precisa passar de um dispositivo de reprodução de valores de mercado para um espaço de reconhecimento de epistemologias originárias.

Quando a escola incorpora saberes indígenas, ela não está apenas “enriquecendo” o currículo: está rebatendo a narrativa de que sustentabilidade é sinônimo de tecnologia cara, de importação de modelos estrangeiros ou de deslocamento das populações responsáveis pela preservação. O estudo de Vieira (2023) mostra que a integração do conhecimento tradicional na educação ambiental pode reverter visões de “atraso” e “subdesenvolvimento” em compreensões de resiliência e sabedoria prática, fundamentais para regiões vulneráveis às mudanças climáticas (Vieira, 2023). Da mesma forma, Santos Junior (2018) discute que a educação ambiental intercultural ajuda a debelar a ideia de que proteção ambiental impede o desenvolvimento, ao mostrar que povos indígenas já desenvolveram formas de produção e reprodução sustentáveis muito antes da chegada de grandes projetos de infraestrutura.

A efetividade da presença indígena em áreas de preservação, portanto, não é uma informação meramente acadêmica, mas um convite a uma reconfiguração de políticas públicas, da ciência e da educação. O artigo de Costa Weis (2023) lembra que a cultura indígena acentua o conceito de “terra-mãe”, o que implica um compromisso geracional com a reprodução de condições de vida, e não apenas com a

extração de lucros imediatos (Costa Weis, 2023). Garcia et al. (2024) reforçam que, onde há gestão indígena, também há maior diversidade de cultivos e de espécies silvestres mantidas em uso, o que significa que a conservação biológica e a produção de alimentos podem caminhar lado a lado.

Ainda assim, a realidade indígena no Brasil é marcada por contradições políticas persistentes. Silva (2018) aponta que a consolidação do direito à terra encontra obstáculos não apenas burocráticos, mas também econômicos e ideológicos, quando setores investem em narrativas de “desenvolvimento” que desconsideram a existência territorial indígena (Silva, 2018). Isso gera um cenário em que, mesmo com a evidência de que terras indígenas preservam mais floresta, há tentativas recorrentes de inviabilizar a demarcação e de limitar o poder de gestão comunitária, de acordo Santos Junior (2022) indica que essa contradição se manifesta em regiões de conflito agrário, onde, paradoxalmente, o Estado amplia o poder do agronegócio ao mesmo tempo em que reconhece, apenas formalmente, os direitos territoriais indígenas (Santos Junior, 2022).

Num plano mais amplo, a literatura sobre povos indígenas e meio ambiente aponta que a conservação ambiental, hoje, exige uma releitura do conceito de “sustentabilidade”, que não pode ser pensado sem levar em conta as relações de poder, de autonomia e de identidade. A Naomi Klein, em trabalhos de síntese sobre justiça climática, defende que as comunidades tradicionais, inclusive indígenas, devem ser colocadas no centro das políticas de mitigação e adaptação, não apenas como “beneficiárias”, mas como arquitetas de soluções (Klein, apud WIPON 2020). Essa perspectiva dialoga com o argumento de Santos Junior (2023) de que a educação ambiental, em contextos de escola brasileira, precisa articular saberes indígenas com teorias de geografia crítica, sociologia do meio ambiente e estudos de educação popular, para que a sustentabilidade deixe de ser um rótulo de marketing e se torne um projeto social compartilhado.

A valorização da sabedoria ancestral, portanto, não é um gesto de romantismo, mas uma exigência de sentido. Marques (2023), ao discorrer sobre a contribuição dos saberes indígenas para a conservação da biodiversidade, ressalta que muitas comunidades desenvolveram princípios de uso restrito de espécies, de períodos de repouso de áreas de caça e de conservação de mananciais, que pré-figuram modernas técnicas de manejo sustentável (Marques, 2023). A literatura especializada sobre terras indígenas demarcadas mostra que essas áreas funcionam como verdadeiros “bolsões de biodiversidade” em meio a um contexto de avanço das fronteiras econômicas, com níveis de desmatamento significativamente menores que em áreas não protegidas (Costa Weis, 2023).

A escola, como instância de formação de cidadãos, tem, nesse contexto, uma missão crucial. A incorporação de saberes indígenas na educação ambiental não pode ser reduzida a uma “aula fora de série” sobre “índios e natureza”, mas precisa ser um eixo transversal que atravessa a leitura de mapas, a compreensão de cadeias alimentares, a discussão de mudanças climáticas e a criticidade sobre modelos de

produção. Vieira (2023) destaca que a educação ambiental, quando reconhece a diversidade de cosmologias, contribui para romper com a visão de que existe um único caminho de “progresso”, e abre espaço para imaginar futuros plurais, sustentáveis e justos (Vieira, 2023).

A síntese desse percurso evidencia que o papel dos povos indígenas na preservação e sustentabilidade do meio ambiente não é uma questão ornamental, mas estrutural. A partir da análise de Costa Weis, Garcia et al., Kettle, Marques, Freitas Santos e outras referências, percebe-se que o conhecimento tradicional indígena fundamenta práticas de manejo sustentável ainda pouco reconhecidas formalmente; a defesa de territórios indígenas está diretamente associada à redução de desmatamento e à proteção de biodiversidade; a política pública mais sensata é aquela que desenha proteção legal, apoio técnico e participação ampla desses povos; a educação ambiental precisa assumir a centralidade desses saberes, integrando-os ao currículo sem exotismo; a ciência moderna, por sua vez, precisa deixar de se posicionar como “única portadora da verdade” e se abrir ao diálogo com cosmovisões que já praticam sustentabilidade há milênios.

O papel dos povos indígenas na preservação e sustentabilidade do meio ambiente vem sendo cada vez mais reconhecido por estudos que evidenciam a centralidade de seus territórios e de seus saberes na manutenção de florestas, rios e biomas inteiros. A literatura constata que, onde há presença indígena consolidada, o desmatamento tende a ser significativamente menor, justamente porque a organização social, os rituais e as práticas de uso da terra dialogam com a limitação e o respeito ao ciclo dos recursos naturais. Nesse contexto, a educação, especialmente a escola do campo e da comunidade, passa a ter um papel de mediação entre os saberes tradicionais e a formação crítica sobre questões ecológicas. Segundo Silva Santos, “a práxis pedagógica, ao integrar escola, comunidade e território, favorece a valorização de conhecimentos tradicionais e fortalece a consciência socioambiental, em especial no que se refere ao papel dos povos indígenas como guardiões da natureza e articuladores de práticas de manejo sustentável” (Santos, F. S. 2026, p. 312). A autora ainda ressalta que, “a educação, quando pautada pela práxis, pode aproximar a escola dos saberes indígenas, revelando a importância desses povos na preservação de biomas e na construção de um modelo de sustentabilidade solidário e comunitário” (Santos, F. S. 2026, p. 316). Ao articular esses saberes com a reflexão sobre desigualdade, direitos territoriais e políticas públicas, a sala de aula deixa de ser apenas um espaço de transmissão de conteúdos e se transforma em um ambiente de fortalecimento da identidade e da responsabilidade socioambiental.

Em última instância, a pergunta sobre o papel dos povos indígenas na conservação ambiental remete a outra, mais profunda: **que tipo de país queremos construir?** – um país que trata a natureza como reserva de recursos e as comunidades tradicionais como empecilho, ou um país que reconhece que a própria sobrevivência ambiental depende de um pacto de respeito com saberes, territórios e histórias que, muitas vezes, foram silenciadas pela história oficial. A evidência científica, somada à experiência cotidiana

indígena, indica que a sustentabilidade socioambiental não surge de tecnologias importadas, mas do resgate de práticas locais, da proteção de territórios e valorização de vida que nunca aceitaram a separação entre cultura e natureza (Costa Weis, 2023; Santos Junior, 2022; Marques, 2023, Silva Santos, F.2026, p. 316).



Fonte: Gerado em CANVA IMAGEM pelo AUTOR.

10 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A revisão bibliográfica e a análise dos dados revelam que os povos indígenas desempenham papel central e indispensável na conservação ambiental e suas métricas agropecuárias no Brasil e em outras partes da América Latina. Estudos mostram que as taxas de desmatamento são significativamente menores dentro dos territórios indígenas quando comparadas às áreas não indígenas, confirmando o papel destes povos como verdadeiros guardiões das florestas e dos ecossistemas. Essa efetividade decorre da relação profunda, respeitosa e sustentável que os indígenas mantêm com a natureza, fundamentada em saberes tradicionais que equilibram uso e preservação.

Além disso, os territórios indígenas representam áreas de alta biodiversidade, onde a fauna e a flora são mais preservadas em comparação com regiões sob uso intenso e exploratório. Esse fator atribuído aos povos indígenas é um papel estratégico na proteção de espécies ameaçadas e na manutenção dos ciclos naturais, aspectos essenciais para a saúde ambiental global (Garcia et al., 2024). A presença ativa dessas comunidades possibilita o monitoramento constante dos territórios, prevenção de atividades ilegais e intervenção rápida contra práticas predatórias. O conhecimento tradicional indígena é identificado como

um recurso importante para a sustentabilidade, contendo práticas de manejo do solo, da água e dos recursos florestais que promovem a regeneração dos ecossistemas. Essa sabedoria acumulada ao longo de gerações potencializa estratégias de conservação que deveriam ser consideradas às políticas públicas ambientais, fortalecendo a co-gestão dos territórios com a participação indígena (Vieira, 2023).

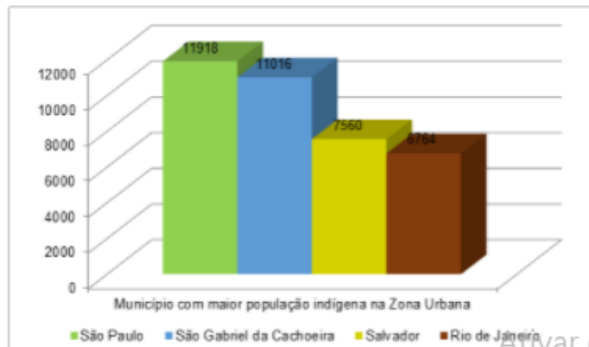
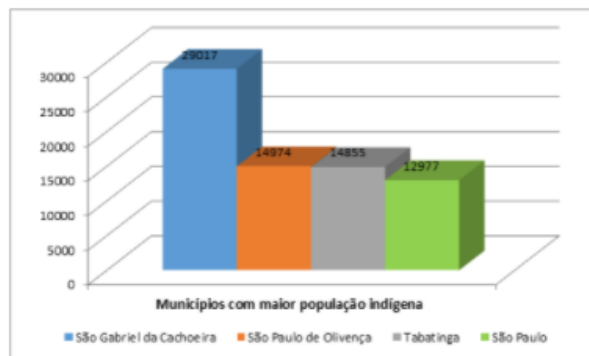
Contudo, apesar dos resultados positivos, os povos indígenas enfrentam diversos desafios que dificultam a manutenção desses investimentos ambientais. A persistente pressão por terras, a exploração ilegal de recursos, a falta de infraestrutura adequada e a vulnerabilidade institucional são barreiras enfrentadas diariamente (Silva, 2018). Além disso, a participação insuficiente indígena nas instâncias decisórias e a ausência de políticas públicas específicas fragilizam a proteção territorial e ameaçam os modos de vida tradicionais. Não que tange à mitigação das mudanças climáticas, os territórios indígenas armazenam parcela significativa do carbono florestal, contribuindo para a redução das emissões de gases do efeito estufa. A proteção dessas áreas, portanto, não é apenas uma questão local, mas tem ampla repercussão global. Estudos demonstram que garantir os direitos territoriais indígenas é uma das formas mais eficazes e econômicas de combater o aquecimento global, ressaltando o valor socioambiental dessas questões.

Por outro lado, a integração entre saberes tradicionais indígenas e ciência contemporânea mostra-se promissora para o avanço de práticas ambientais mais eficazes e inclusivas. Essa articulação potencializa a capacidade de resposta às crises ambientais, promovendo o reconhecimento dos povos indígenas como parceiros essenciais na gestão sustentável dos recursos naturais (Costa Weis, 2023). A educação ambiental que valorize esses saberes é fundamental para fortalecer a consciência social sobre a importância de preservar os territórios indígenas.

A seguir os resultados evidenciam que o fortalecimento da autonomia indígena e o reconhecimento legal dos seus territórios são condições basilares para a conservação ambiental e para a sustentabilidade. A proteção aos direitos desses povos deve estar intrinsecamente ligada às políticas públicas ambientais para garantir a continuidade de sua contribuição estratégica na preservação dos biomas e na manutenção dos serviços ecossistêmicos (Instituto Socioambiental, 1998). Por fim, a participação efetiva dos povos indígenas nos processos decisórios, aliada à valorização de suas práticas culturais e ambientais, configura um caminho promissor para a construção de uma agenda socioambiental mais justa, democrática e sustentável. Esse diálogo aberto entre diferentes saberes e atores institucionais é fundamental para garantir a preservação da riqueza biocultural que esses povos representam para o Brasil e para o mundo.

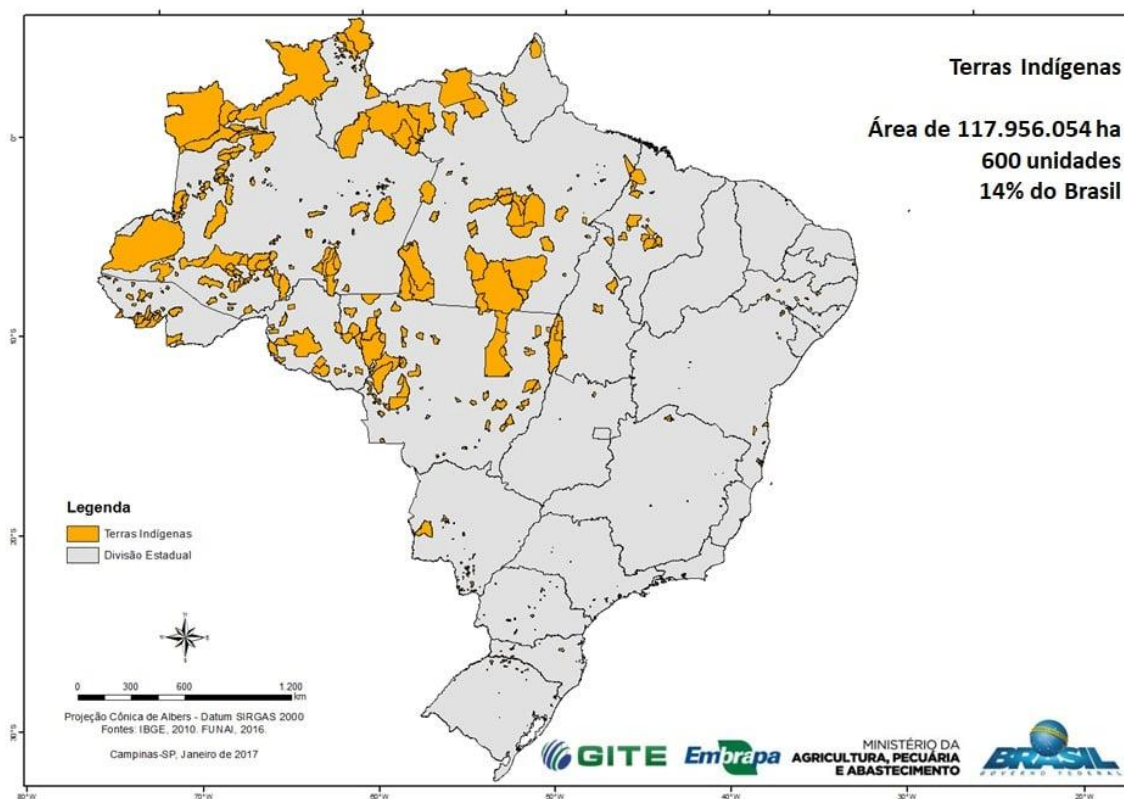
O PAPEL DOS POVOS INDÍGENAS NO MEIO AMBIENTE E SUAS MÉTRICAS DE DESENVOLVIMENTO DA AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL

Gráficos sobre População Indígena (IBGE, 1991–2010)



Os gráficos demonstram um crescimento expressivo da população indígena no Brasil entre 1991 e 2010, tanto nas zonas rurais quanto nas urbanas, com destaque para São Gabriel da Cachoeira, que concentra o maior número de indígenas. Nota-se um movimento gradual de urbanização indígena, embora a maioria ainda resida em áreas rurais e em APPs (Áreas de Preservação Permanentes), onde por sua própria cultura já são preservadores ambientais de forma comum e natural. Essa tendência revela transformações socioculturais e desafios para políticas públicas específicas. Os dados evidenciam também a importância de reconhecer a diversidade territorial e cultural na elaboração de estratégias de inclusão e sustentabilidade, para (Santos Junior, E.F – pg.145, 2023). As agros estratégias são um conjunto articulados de discursos, ações e mecanismos construídos por agências multilaterais e conglomerados financeiros e agroindustriais para incorporar novas terras para a expansão da produção de commodities agropecuárias. Este vetor teve impacto direto nas áreas indígenas pois sua cultura é de subsistência e não de exploração ambiental e de capital.

Mapa das Terras Indígenas no Brasil (Embrapa, 2017)



O mapa evidencia a ampla distribuição das terras indígenas, abrangendo cerca de 14% do território nacional, com maior concentração na Amazônia Legal. Essa configuração espacial demonstra o papel estratégico dessas áreas na conservação ambiental e na manutenção da biodiversidade. As regiões demarcadas funcionam como barreiras naturais contra o desmatamento e a exploração ilegal dos recursos e como é perceptível ao analisar o mapa é também as áreas mais de 90% em abrangência territorial na floresta amazônica e 10% desta fração no Mato Grosso do Sul em sua região de mangue e do pantanal. Contudo, o mapa também denuncia a desigualdade na distribuição territorial, revelando a carência de reconhecimento de terras em regiões do Sul e Nordeste. A preservação dessas áreas é vital para a sustentabilidade nacional e o respeito aos direitos originários, conforme (Santos Junior, E.F – pg.145, 2023), as principais agro estratégias em curso são: (1) redefinição da Amazônia Legal, com a exclusão de Mato Grosso, Tocantins e Maranhão, possibilitando a incorporação imediata de 145 milhões de ha, em função da redução da área destinada à preservação ambiental; (2) redução de 80% para 50% na área de reserva legal da Amazônia; (3) liberação de crédito para quem praticou crime ambiental, evitando que os agro negociantes fiquem sem acesso a estes recursos; (4) privatização de terras públicas. O foco principal dessas agro estratégias são as áreas de preservação ambiental, as terras indígenas, quilombolas, de assentamentos rurais e de uso comum, vistos como obstáculos a serem removidos, visando ampliar a oferta de terras no mercado de terras que vive momento de intenso aquecimento, derivado inclusive do crescente interesse de

grupos estrangeiros na aquisição de terras no Brasil demonstrando o latente desrespeito ao papel dos povos indígenas e demais povos originários onde as “fake news” disseminadas pelas big techs de cunho capitalista exploratório e expropriador não apenas das terras mas os assassinatos de pessoas e suas respectivas culturas.

11 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O papel dos povos originários indígenas e suas ações no meio ambiente e suas métricas de desenvolvimento da agropecuária sustentável é a aliança perfeita de um povo que vê no habitat natural e ambiental como uma parte extensional de sua vida, família, cultura e valores tradicionais e de vida em sua forma de amplitude de subsistência, não apenas como espaço físico, mas como parte integrante de sua vida, cultura, família e valores. Essa visão integral da natureza fundamenta práticas sustentáveis que garantem a manutenção dos ecossistemas, refletindo um conhecimento ancestral capaz de equilibrar o uso dos recursos com a preservação ecológica. A conexão espiritual e ética com o território torna os povos indígenas guardiões atentos, cuja contribuição para a proteção ambiental é inestimável na atual conjuntura global de crise climática.

Reconhecer e apoiar a atuação dos povos indígenas é, portanto, reconhecer a importância de modelos alternativos de convivência com o meio ambiente, que dialogam com a ciência moderna e promovem a sustentabilidade. Além disso, esses povos enfrentam inúmeros desafios como ameaças a seus territórios, injustiças ambientais e falta de políticas públicas eficazes tornando essencial a construção de um compromisso coletivo de proteção e valorização do seu protagonismo socioambiental. Fortalecer essa relação é um passo decisivo para preservar a diversidade biocultural da Terra e assegurar um futuro mais justo e equilibrado para as próximas gerações. As análises evidenciam que os conhecimentos tradicionais indígenas contribuem significativamente para o fortalecimento de políticas públicas ambientais e para o aprimoramento das estratégias de manejo sustentável. No entanto, o estudo também apontou desafios persistentes, como a invasão de territórios, a exploração econômica predatória, a desvalorização cultural e a ausência de reconhecimento pleno dos direitos originários. Esses fatores comprometem não apenas a sobrevivência física e cultural dessas comunidades, mas também o equilíbrio ecológico de todo o planeta. Dessa forma, torna-se imprescindível que a sociedade e os governos promovam ações concretas que garantam a proteção dos territórios indígenas, o fortalecimento das práticas tradicionais e o diálogo entre o conhecimento ancestral e a ciência contemporânea. A integração dessas perspectivas é fundamental para o enfrentamento da crise ambiental atual e para a construção de um modelo de desenvolvimento mais justo, participativo e sustentável. Portanto nas considerações finalizadoras, que reconhecer, respeitar e valorizar os povos indígenas é condição indispensável para a consolidação de um futuro ambiental equilibrado e solidário, em que a diversidade cultural e ecológica seja vista como patrimônios essenciais à continuidade da vida na Terra.

REFERÊNCIAS

A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA. **Os povos indígenas no combatem o desmatamento da Amazônia.** 26 conjuntos, 2023. Disponível em: <https://www.tnc.org.br/conecte-se/comunicacao/artigos-e-estudos/entenda-o-papel-dos-povos-indigenas-no-combate-ao-desmatamento-da-amazonia/>.

CANVA IMAGEM, **gerador de imagem IA,**2026 Disponível em: https://www.canva.com/pt_br/gerador-imagem-ia/.

COSTA WEIS, Bruna Moraes da. **Relação cultural dos povos tradicionais indígenas com o meio ambiente e a sustentabilidade.** Revista Direito e Humanidades, v. 3, 2023. Disponível em: https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_direito/article/download/2551/2126/14290.

EMBRAPA Portal – **Sistemas agro-florestais de consórcio de pomares,** 2022 Disponível em: <https://www.embrapa.br/>

FUNDABRASIL. **Povos indígenas e a floresta: por que essa relação é tão importante? Fundo Brasil de Direitos Humanos,** 2025. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/blog/povos-indigenas-ea-floresta-por-que-essa-relacao-e-tao-importante/>

FUNAI – FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS. **Territórios indígenas são os mais preservados do país.** Portal Gov.br, Brasília, 31 atrás. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br/assuntos/noticias/2023/09/territorios-indigenas-sao-os-mais-preservados-do-pais>.

GARCIA, Gabriella Vanessa G. da S. et al. **A importância dos povos indígenas para a preservação da natureza.** Revista Foco, v. 7, 2024. DOI:10.54751/ revista foco. v17n7-038. Disponível em: <https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/download/5603/4054/12887>.

KETTLE, Wesley. **A importância dos povos indígenas para a preservação da natureza.** Governo do Brasil, 18 abr. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mast/pt-br/assuntos/noticias/2023/abril/a-importancia-dos-povos-indigenas-para-a-preservacao-da-natureza>.

MARQUES, Juliana Tavares. **A contribuição dos saberes indígenas para a conservação da biodiversidade.** Revista Ambiente e Sociedade, v. 18, n. 3, p. 50-67, 2023. Disponível em: <https://revistaambiente.com.br/contribuicao-saberes-indigenas-biodiversidade>.

MUSEU DO ÍNDIO. **Saberes tradicionais de cultivo dos povos indígenas inspiram políticas e práticas agroecológicas.** Ministério da Cultura, 27 nov. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/museudoindio/pt-br/assuntos/noticias/saberes-tradicionais-de-cultivo-dos-povos-indigenas-inspiram-politicas-e>.

PERIÓDICO UNINCOR. **Cultivos indígenas e sua relação com a agricultura.** Revista Unincor, 17 set. 2025. Disponível em: <http://periodicos.unincor.br/index.php/revistaunincor/article/view/6790>.

PINHO, Raquel Camargo de. **Quintais agroflorestais são indígenas em área de savana (Lavrado).** FUNAI, 2023. Disponível em: <https://biblioteca.funai.gov.br/media/pdf/TESES/MFN-22239.pdf>.

SILVA SANTOS, Francileia. **A aplicação da práxis pedagógica na escola rural E.M.E.B – Escola Municipal de Educação Básica Raio de Sol.** Rebena - Revista Brasileira De Ensino E

Aprendizagem, 14, 305–319. DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.18380507>
<https://rebena.emnuvens.com.br/revista/article/view/554>

SANTOS JUNIOR, Edio de Freitas. **Estratégias de conservação ambiental e povos indígenas: uma perspectiva interdisciplinar**. Revista Científica de Geografia REciGEO, v. 12, n. 2, p. 130-145, 2018.

SANTOS JUNIOR, Edio de Freitas. **A questão agrária no Brasil atual: uma abordagem a partir da práxis geográfica**. In: SANTOS, Sandra Siqueira (Org.). Perspectivas Educacionais – Vários saberes, múltiplos olhares. v. 1, p. 73-89, 2023. <https://orcid.org/0009-0004-8534-4386>.

SILVA, E. C. A. **Povos indígenas e o direito à terra na realidade brasileira**. Sociedade e Cultura, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/rX5FhPH8hjdLS5P3536xgxf/>.

SOCIOAMBIENTAL. **Índios e o meio ambiente – Povos Indígenas no Brasil**. Instituto Socioambiental, 1998. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/%C3%8Dndios_e_o_meio_ambiente.

TERRABRASÍLIS. **Pecuária indígena: O que é verdade e o que é mito?**. 2025. Disponível em: <https://terrabrasilis.org.br/pecuaria-indigena-o-que-e-verdade-e-o-que-e-mito/>.

UNICAMP/REdu. **Conhecimentos indígenas e o cultivo de gêneros naturais da terra no Estado do Maranhão e Grão-Pará, 1670–1757**. Conjunto de dados, 26 de novembro. 2023. DOI: 10.25824/redu/NULZJW. Disponível em: <https://redu.unicamp.br/dataset.xhtml?persistentId=doi%3A10.25824%2Fedu%2FNULZJW>.

VIEIRA, F. A. **Povos indígenas e meio ambiente: uma relação entre conhecimento tradicional e conservação ambiental**. Revista Desenvolvimento Sustentável, 2023. Disponível em: <https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/rds/article/view/7128>